

LUANA CRISTINA SALLA

Um estudo de teses e dissertações sobre a educação
sexual da pessoa com surdez.



LUANA CRISTINA SALLA

Um estudo de teses e dissertações sobre a educação sexual da pessoa com surdez.

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Campus de Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Denise Maria Margonari Favaro

ARARAQUARA – S.P.
2020

Salla, Luana Cristina

Um estudo de teses e dissertações sobre a educação sexual da pessoa com surdez. / Luana Cristina Salla – 2020

54 f.

Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Denise Maria Margonari Favaro

1. Educação sexual. 2. Surdez. 3. Libras. 4. Acessibilidade. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

LUANA CRISTINA SALLA

Um estudo de teses e dissertações sobre a educação sexual da pessoa com surdez.

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós em Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Sexual.

Linha de pesquisa: Sexualidade e educação sexual: interfaces com a história, a cultura e a sociedade.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Denise Maria Margonari Favaro

Data da defesa: 28 / 02 / 2020

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof.^a Dr.^a Denise Maria Margonari Favaro
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara.

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Luci Pastor Manzoli
UNESP – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara.

Membro Titular: Prof.^a Dr.^a Adriana do Carmo Bellotti
UNIARA – Universidade de Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Àqueles que apesar de todas as adversidades sempre acreditaram que eu seria capaz de atingir meus objetivos. Dedico em especial, aos meus pais e familiares, pelo apoio incondicional, suporte emocional e sacrifícios, para que fosse possível a conclusão deste estudo.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por minha vida, por minha saúde, por meu Anjo da guarda ter me guiado e abençoado este caminho, para que eu não desistisse dos meus objetivos;

Aos meus pais por todo apoio, incentivo e paciência com os dias de estudos, pelo carinho, pela confiança, por toda preocupação, por estarem presentes em todos os momentos e compreenderem minhas escolhas;

Ao meu namorado por apoiar o meu crescimento profissional, por todo incentivo, por compreender os momentos de minha ausência dedicados aos estudos, por toda paciência, por respeitar, por cada palavra, sorrisos, abraços, por me acolher nos dias difíceis, por permanecermos unidos;

Agradeço as oportunidades que tive com a formação em Psicologia, por me direcionar a área acadêmica, e a especialização em Libras por me fazer Professora, agradeço as escolas e instituições por onde passei, por todo respeito e credibilidade no meu trabalho.

À Unesp por todo conhecimento adquirido;

Aos Professores, Doutores, por oportunizarem a realização deste estudo, por dedicarem seu tempo e profissionalismo;

A todos que direta ou indiretamente me ajudaram, sou grata.

Resumo

Este estudo pretende instigar a reflexão acerca do uso da Língua Brasileira de Sinais, LIBRAS, e quais orientações, no contexto da sexualidade, o surdo recebe. Tem como objetivo realizar um levantamento bibliográfico de teses e dissertações na área da educação no período de 2002 a 2019, com vistas a analisar como está e se está sendo realizada a educação sexual da pessoa com surdez. Desta forma, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico e descritivo. A coleta dos dados foi realizada em duas Bases de Dados para consulta, sendo elas, o Banco de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (IBICT). Conclui-se, que de acordo com a revisão de literatura, há necessidade de realização de mais estudos, pois foi verificada a baixa ocorrência de artigos, dissertações e teses que tratam sobre o tema, evidenciando, como resultado, a importância de se ensinar sobre a sexualidade a surdos, no intuito de fortalecer a identidade dessas pessoas e incluí-las na sociedade em que convivem.

Palavras – chave: Educação sexual, Surdez, Libras.

Abstract

This study intends to instigate a reflection on the use of the Brazilian Sign Language, LIBRAS, and what the guidelines are, without sexuality context or with the received reception. It aims to carry out a bibliographic survey of theses and dissertations in the area of education in the period from 2002 to 2019, with a view to analyzing how a sexual education of a person with deafness is being carried out. Thus, it is a qualitative study, bibliographic and descriptive. Data collection was carried out in two databases for consultation, namely, the Bank of Theses and Dissertations for Covers and a Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations - BDTD (IBICT). It is understood that a person with deafness, in its constitution process, is marked by facing prejudices, stigmas and stereotypes. Concluded, that according to a literature review, there is a need for further studies, there was a low occurrence of articles, dissertations and theses dealing with the topic, showing, as a result, an importance of the use on sexuality in deaf people, without the intention of strengthening the identity of these people and including the society in which they live.

Keywords: Sex education, Deafness, Libras.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Mapeamento das produções selecionadas para o presente estudo por Ano, Título, Autor, Instituição, Programa de Pós-Graduação, Nível de Ensino e Local.	37
Quadro 2	Referencial Teórico e Documentos Governamentais das Produções	38
Quadro 3	Identificação dos objetivos das produções e Identificação dos Participantes.	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APE	Atendimento Pedagógico Especializado
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAEE	Centros de Atendimento Educacional Especializado
CEDALVI	Centro de Atendimento aos Distúrbios da Audição, Linguagem e Visão
CEL	Centro de Ensino de Línguas
CGEB	Coordenadoria de Gestão da Educação Básica
CISA	Centro Integrado de Saúde Auditiva
ECA	Estatuto da Criança e Adolescente
FAJ	Faculdade de Jaguariúna
GOAL	Associação Pró-Esporte e Cultura
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESP	Instituto Educacional São Paulo
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IST	Infecções sexualmente transmissíveis
LDB	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SUS	Sistema Único de Saúde
TGD	Transtornos Globais do Desenvolvimento
UNESCO	Organização Universal das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNIARA	Universidade de Araraquara
UNIP	Universidade Paulista

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 REFERENCIAL TEÓRICO	14
1.1 Breve Histórico da Educação dos Surdos	14
1.2 Aspectos legais na Educação dos Surdos	20
1.3 Cultura e identidade surda	25
1.4 Surdez e educação sexual	28
2 PERCURSO METODOLÓGICO	33
2.1 Procedimentos de Coleta de dados	34
2.2 Busca ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes	35
2.3 Busca à base de Dados da Biblioteca Digital brasileira de Teses e Dissertações	36
2.4 Procedimentos de Análise de dados	36
2.5 Apresentação e Análise de dados	37
2.5.1 Identificação das produções	37
2.5.2 Identificação do Referencial Teórico e Documentos Governamentais	38
2.5.3 Objetivo e Participantes das Produções	40
3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	42
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIA	45
APÊNDICES	51
APÊNDICE A - Ficha utilizada para coletar as informações das produções selecionadas	52
APÊNDICE B - Número de estudos encontrados no Banco de Teses da Capes	53
APÊNDICE C - Número de Estudos Encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	54

INTRODUÇÃO

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), a sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois, além da sua potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental das pessoas. Manifesta-se desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento humano, sendo construída ao longo da vida. Além disso, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito. Indissociavelmente ligado a valores, o estudo da sexualidade reúne contribuições de diversas áreas, como Educação, Psicologia, Antropologia, História, Sociologia, Biologia, Medicina e outras (Brasil, 1997).

Se, por um lado, sexo é expressão biológica que define um conjunto de características anatômicas e funcionais (genitais e extragenitais), a sexualidade, entendida de forma bem mais ampla, é expressão cultural. Cada sociedade desenvolve regras que se constituem em parâmetros fundamentais para o comportamento sexual das pessoas. Isso se dá num processo social que passa pelos interesses dos agrupamentos socialmente organizados e das classes sociais, que é mediado pela ciência, pela religião e pela mídia, e sua resultante é expressa tanto pelo imaginário coletivo quanto pelas políticas públicas, coordenadas pelo Estado. A proposta de Orientação Sexual procura considerar todas as dimensões da sexualidade: a biológica, a psíquica e a sociocultural, além de suas implicações políticas (Brasil, 1997).

Considerando que a sexualidade não representa apenas aspectos biológicos ou genitais, inclui, aspectos importantes e imprescindíveis ao entendimento da pessoa, tais como relações de gênero, comportamento sexual, higiene corporal, prevenções, presentes em todas as dimensões e em todas as fases do ciclo vital.

Quando se estuda a sexualidade, deve-se ter ciência da multiplicidade dos aspectos intervenientes (biológicos, psicológicos, sociais, morais, religiosos e culturais) e dos tabus, conflitos e valores relacionados ao exercício da sexualidade. Não se pode desvincular ou desvalorizar as relações e inter-relações desse processo, ou ignorar a multiplicidade (Bernardi, 1988; Vasconcelos, 1995).

No processo de desenvolvimento humano, transformações físicas e biológicas, concomitantes às psicológicas e sociais, à descoberta da capacidade de reproduzir-se, instigam o desenvolvimento da identidade e a questionar valores e ideologias. A sexualidade

humana é parte da personalidade de cada ser, uma necessidade básica que deve ser abordada como aspectos relevantes da vida (Nery, et al. 2015).

Dessa forma, a sexualidade está presente em todas as faixas etárias, independentemente de padrões de normalidade, das necessidades especiais, das deficiências ou dificuldades que uma criança, jovem ou adulto manifeste, sejam essas, física, mental ou social (Denari, 2010).

Segundo pesquisa realizada pelo IBGE, há 9,717.318 milhões de pessoas autodeclarada não ouvir perfeitamente, ou seja, 10 milhões. Isso equivale a 5% da população brasileira e desses, 2,7 milhões são surdos profundos (Censo, 2010).

As Deficiência Auditivas podem ser causadas por alterações das diversas partes do aparelho auditivo. Conforme a região afetada, serão classificadas em condutivas (doença das orelhas externa e média) e neuro-sensoriais (doença da orelha interna). As doenças condutivas geralmente causam alterações leves ou moderadas ao estímulo sonoro. Embora as alterações possam ser permanentes (doenças estruturais ou agenesias), os distúrbios transitórios são muito mais comuns. No entanto, dependendo da duração dos sintomas, especialmente em crianças na fase pré-lingual ou em início de aprendizado, uma perda pequena da audição pode desencadear distúrbio da linguagem e do aprendizado. Nas doenças neuro-sensoriais as alterações são sempre de caráter permanente, geralmente associadas a perdas maiores da audição (Lasmar & Peixoto, 2010).

Os graus de surdez também são variáveis. Pode-se considerar como uma surdez leve aquela em que há perda de até 30 dB; como moderada aquela em que há perda de até 60dB; como grave a que há perda de até 90 dB e como profunda aquela em que há perda maior de 90 dB. No primeiro caso a pessoa sente dificuldade para discernir sons em distâncias maiores de um metro; no segundo, surge a dificuldade em entender palavras ditas a menos de um metro; no terceiro, a conversação – mesmo a menos de um metro – só pode ocorrer com ajuda de próteses; e no quarto, não há resposta aos sons (Lasmar & Peixoto, 2010).

Segundo Sousa e Pagliuca (2001), existe um grande dano na aquisição dos conceitos de saúde entre os surdos e há necessidade de oferecer assistência voltada à orientação para as pessoas surdas, principalmente entre os adultos. Há uma necessidade de esclarecimentos sobre o tema educação sexual.

Este estudo se justifica pelo fato de que o Ministério da Saúde, por meio da Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (2014), tem buscado garantir acessibilidade aos serviços de saúde a esse grupo populacional; e, dessa forma, faz-se necessário que esses estabelecimentos sejam adaptados em seu aspecto físico e ambiental relacionados à

comunicação, bem como à capacitação dos recursos humanos. No campo da saúde, constitui um processo fundamental para se prestar uma assistência de qualidade, pois envolve, além dos seus aspectos intrínsecos, a escuta de forma acolhedora, não apenas com o objetivo de repassar informações para um entendimento conceitual, mas atingindo a subjetividade dos indivíduos (Oliveira, 2008).

O interesse pelo presente estudo, por ter vivenciado a Graduação de Psicologia, no qual sou formada desde 2014, pela UNIARA - Universidade de Araraquara, através dos estágios realizados, com intervenções na área da saúde auditiva no CISA - Centro Integrado de Saúde Auditiva, de Araraquara.

A partir de então surgiu o interesse em aprender Libras - Língua Brasileira de Sinais, no qual vejo importância para formação, e em poder oferecer atendimento clínico, Psicoterapia, com acessibilidade para pacientes surdos, sendo assim realizei a disciplina de Libras como optativa, oferecida pelos cursos de Licenciatura na Uniara.

Visando aumentar meus conhecimentos, no ano de 2015, ingressei na Pós-Graduação em Libras, com ênfase à Interpretação e Docência pela FAJ - Faculdade de Jaguariúna. E ao aprofundar os conhecimentos adquiridos e ao trabalhar como Intérprete na UNIP - Universidade Paulista em Araraquara, e no mesmo ano, oferecer aulas de Libras por meio de um projeto pela GOAL – Associação Pró-Esporte e Cultura, passei a adquirir experiência na área da educação, com trocas de experiências, ensinamentos e vivências.

Nesta trajetória Profissional, também em 2015, iniciei a Graduação em Pedagogia, como bolsista pela UNIP. A partir do ano de 2017 ingressei no Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual na UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras campus de Araraquara, onde destaco oportunidades como Intérprete, em um curso básico de Libras e em um minicurso, através do CEL - Centro de Ensino de Línguas.

De 2015 a 2017, como Psicóloga, atendendo a demanda de Surdos, em uma clínica particular, pude identificar que apesar das políticas de educação serem regulamentadas, existe a necessidade de uma maior aproximação das famílias das crianças surdas, envolvendo-as no processo de desenvolvimento linguístico e educacional de seus filhos e a falta de acessibilidade na área da saúde para compreendê-los.

Tais experiências me instigou a aprofundar o conhecimento na área da educação sexual, visto que no vínculo com adultos surdos, solicitam orientação sexual.

Proporcionou a levantar as questões de pesquisa, tais como; o que dizem as teses e dissertações sobre a educação sexual do surdo? Estariam eles sendo atendidos por algum

programa de saúde governamental? Quais? Qual o conhecimento que os jovens surdos possuem a respeito da sexualidade? Tiveram algum tipo de orientação a esse respeito, qual?

Sob essa ótica o presente estudo teve por objetivo analisar como está sendo realizado a educação sexual da pessoa com surdez contemplada nas teses e dissertações na área da educação no período de 2002 a 2019, a partir da Lei da Libras nº 10.436/2002.

Este estudo tem por objetivos específicos: a) Verificar como a educação sexual está sendo desenvolvida sob o olhar das teses e dissertações; b) Identificar como as políticas de educação sexual estão sendo contemplados nessas produções.

O estudo, dentro de um encadeamento lógico será organizado em quatro capítulos que se entrelaçam e se completam. Esta introdução destaca a problematização deste estudo, as justificativas adotadas e definição dos objetivos. No primeiro capítulo desenvolvemos um breve histórico da educação dos surdos (embasamento teórico, em uma linha do tempo para compreensão da educação dos surdos). Apresentará aspectos legais na educação dos surdos (Leis, Decretos, Resoluções). Tratará sobre a cultura e identidade surdas (Comunidade Surda, condições linguísticas do surdo, estrutura da Libras). Surdez e educação sexual (sexualidade). O segundo capítulo apresenta o método que será utilizado na condução do estudo. Orientando-se pelo modelo de análise e todo o arcabouço conceitual. O terceiro capítulo realizam-se as conclusões deste estudo, concatenando os objetivos previstos, assim, mostra-se os resultados. O quarto capítulo trará as considerações finais deste estudo. A seguir, procede-se à construção do referencial teórico que sustenta o estudo.

Considero que este estudo contribuirá para educação sexual de surdos.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Breve Histórico da Educação dos Surdos.

Na antiguidade, os surdos não eram considerados humanos, pois a fala era resultado do pensamento. Logo, quem não pensava não tinham direito a testamentos, à escolarização e a frequentarem os mesmos lugares que os ouvintes (Quadros, 2006). Até o século XII os surdos sofreram os mais diversos tipos de preconceito e crueldade, sendo sacrificados de maneira penosa ou, então, vistos como incompetentes ao ponto de não poderem casar, possuir propriedades, receber herança ou ter empregos dignos (Honora; Frizanco, 2009).

Aristóteles (384-322 a.C.) considerava o ouvido como o órgão mais importante para a educação, o que contribuiu para que o Surdo fosse visto como incapacitado para receber qualquer instrução naquela época (Honora; Frizanco, 2009).

Na Idade Média a Igreja Católica discriminou às pessoas com deficiência, pois os que não encaixavam no padrão eram postos à margem. A Igreja afirmava que os surdos não tinham alma mortal, uma vez que não conseguiam proferir os mandamentos divinos. Por não terem uma língua que se fizesse inteligível, os surdos não iam se confessar, foi então que ocorreu a primeira tentativa de educá-los (Mazzota, 1996).

Inicialmente os Monges, haviam feito o Voto do Silêncio para não passar os conhecimentos adquiridos pelo contato com os livros sagrados, criaram uma língua gestual para que não ficassem totalmente incomunicáveis. Esses Monges foram convidados pela Igreja Católica a se tornarem preceptores dos Surdos, que possuindo uma língua, poderiam participar dos ritos, dizer os sacramentos, e conseqüentemente, manter almas imortais (Honora; Frizanco, 2009).

No final da Idade Média que começaram a surgir os primeiros trabalhos no sentido de educar a criança surda e integrá-la na sociedade. A partir do século XVI Gerolamo Cardano (1501-1576), médico, matemático e astrólogo italiano, cujo seu primeiro filho era surdo, afirmou que a surdez não impedia os surdos de receberem os sons da fala ou das ideias do pensamento (Honora; Frizanco, 2009).

Pedro Ponce de Leon (1520-1584) monge beneditino que viveu em um mosteiro na Espanha, em 1570, usava sinais rudimentares para se comunicar. Há registros de que uma família espanhola teve muitos descendentes Surdos por ter o costume, de se casarem entre si para não dividirem os bens. Dois membros dessa família foram para o mosteiro e junto por Ponce de Leon deram a origem à Língua de sinais. Afirmando que os surdos eram capazes,

contrariando a Aristóteles. Ponce de Leon foi tutor de muitos surdos, seu trabalho iniciava com o ensino da escrita, por meio de nomes dos objetos, e em seguida o ensino da fala, começando pelos fonemas (Lacerda, 1988).

Os nobres, que tinham em sua família um descendente Surdo, começaram a educá-lo, pois, os primogênitos Surdos não tinham direito à herança se não aprendessem a falar, o que colocava em risco toda riqueza da família. Se falassem teriam garantidos sua posição e seu reconhecimento como cidadão (Lacerda, 1988).

No século XVI, a grande revolução se deu pela concepção de que a compreensão da ideia não dependia da audição. Em 1620, o padre espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633), filólogo e soldado a serviço secreto do rei, considerado um dos primeiros preceptores de surdos, criou o primeiro tratado de ensino surdos que iniciava com a escrita sistematizada pelo alfabeto. Bonet foi quem primeiro idealizou e desenhou o alfabeto manual. Ele, em seu livro, destaca como ideia principal que seria mais fácil para o Surdo aprender a ler se cada som da fala fosse substituído por uma forma visível (Honora; Frizanco, 2009).

Alguns estudiosos da língua também se dedicaram ao ensino dos Surdos como o holandês Van Helmont (1614-1699) que propunha a oralização do Surdo por meio do alfabeto da língua hebraica, pois indicavam a posição da laringe e da língua ao reproduzir cada som, foi o primeiro quem descreveu a leitura labial e o uso do espelho (Honora; Frizanco, 2009).

Johann Corad Amman (1669-1724) foi um médico e educador de Surdos suíço que aperfeiçoou os procedimentos da leitura labial por meio do espelho e do tato, percebendo as vibrações da laringe, método usado até hoje em terapias fonoaudiológicas. O foco do seu trabalho era o Oralismo (Moura, 2000).

Jacob Rodrigues Pereira (1715-1780) foi educador de Surdos português, defendia a oralização dos Surdos.

No século XVII, Thomas Braidwood (1715-1806), educador de Surdos inglês, fundou, em 1760 em Edimburgo, a primeira escola na Grã-Bretanha. Em 1783, transferiu-se para Londres e recomendou o uso de um alfabeto onde se utilizasse as duas mãos que ainda hoje está em uso da Inglaterra. Seus alunos aprendiam palavras escritas, seu significado, sua pronúncia e a leitura orofacial, além do alfabeto digital (Honora; Frizanco, 2009).

Kinniburg aprendeu o mesmo método, foi procurado Thomas Gallaudet (1787-1851), educador ouvinte americano, que queria levar o método para os Estados Unidos, mas Kinniburg não aceitou a proposta (Honora; Frizanco, 2009).

A partir de Charles-Michel de LÉpée (1712-1789) um educador filantrópico francês, em 1760, aumentou o interesse pela educação de surdos, fundou na França (Paris), a primeira escola pública para surdos Instituto Nacional para Surdos-Mudos. Foi considerado o “pai dos surdos”, defendendo, a língua de sinais e utilizando, em seu trabalho, os sinais já conhecidos pelos surdos “e outros, que denominava de sinais metódicos, usados para o desenvolvimento da linguagem escrita” (Rocha, 2007, p. 18). Seus métodos de ensino influenciaram novos educadores e, conseqüentemente, a criação de novas escolas no mundo todo, propagando a língua de sinais.

Charles-Michel de LÉpée, tinha interesse na educação religiosa dos Surdos e sabia que para isso era importante que fosse desenvolvida uma forma de comunicação que fizesse os conhecimentos sagrados possíveis (Moura, 2000).

O século XVIII é considerado por muitos o período mais próspero da educação dos Surdos. Neste século, houve a fundação de várias escolas para Surdos. Além disso, qualitativamente, a educação do Surdo também evoluiu (Honora; Frizanco, 2009).

Na idade contemporânea, os preceptores até o momento eram médicos, religiosos ou gramáticos. Em 1790, Abbé Sicard (1742-1822) foi nomeado diretor do Instituto Nacional de Surdos-Mudos, e treinou Jean Massieu que tornou seu discípulo após sua morte, um dos primeiros Professores Surdos do mundo. Esse fato fez desencadear uma grande disputa pelo poder, envolvendo outros dois estudiosos, Itard e Gérando, ocasionando o afastamento de Massieu da direção do Instituto (Moura, 2000).

Jean-Marc Itard (1775-1838) foi um médico-cirurgião francês que se tornou residente do Instituto de Paris, 1814. Ele estudara com Philippe Pinel, pai da Psiquiatria, e seguia com pensamentos do filósofo Condillac, para quem as sensações eram a base para o conhecimento humano e que reconhecia somente a experiência externa como fonte de conhecimento. Dentro desta concepção era exigida a erradicação ou a diminuição da surdez para que o surdo tivesse acesso a este conhecimento (Moura, 2000).

Itard dedicou grande parte de seu tempo tentando entender quais as causas da surdez. Dissecava cadáveres de Surdos, dar descargas elétricas em seus ouvidos, usar sanguessugas para provocar sangramentos e furar as membranas timpânicas de alunos, fazendo com que um deles fosse levado à morte e outros tivessem fraturas cranianas e infecções devido as suas intervenções. Itard rendeu-se ao fato de que o Surdo só pode ser educado por meio da Língua de Sinais (Moura, 2000).

Barão de Gérando, era filósofo, administrador, historiador e filantropo. Passou a ser o diretor do Instituto, para ele os Surdos entravam em categoria de selvagens e sua língua era

vista como pobre quanto comparada à língua oral e não deveria ser usada na educação (Moura, 2000).

A educação dos Surdos nos Estados Unidos aconteceu com mais dificuldade do que na Europa. Thomas Gallaudet quando foi visitar Braidwood e Kinniburg, que não revelaram seu método. Gallaudet então procurou L'Épée no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris. Ele foi aceito para fazer um estágio e conheceu Laurent Clerc (1785-1869) um Professor Surdo da escola, e o convidou para retornarem aos Estados Unidos e 1816 para fundarem a primeira escola pública para Surdos. E abriram em abril de 1817 a Hartford School, e a Língua de Sinais usada na escola era inicialmente a francesa e gradualmente foi sendo modificada para transformar na Língua Americana de Sinais (Moura, 2000).

O filho de Thomas Gallaudet, Edward Gallaudet, fundou em 1864 a primeira faculdade para Surdos, localizada em Washington, e após anos de trabalho adotou o Oralismo (Moura, 2000).

Clerc, que sempre defendeu o uso da Língua de Sinais, faleceu. O oralismo foi a principal forma de educação (Moura, 2000).

A Universidade Gallaudet, como é chamada atualmente, é ainda a única escola superior de artes liberais para estudantes Surdos do mundo, e a primeira língua utilizada nas aulas foi a Língua de Sinais (Moura, 2000).

Alexander Graham Bell (1847-1922), cientista e inventor do telefone (1876, como acessório para Surdos), era filho de Surda e casado com Mabel, que perderá audição quando jovem. Oralizada, acreditava que os Surdos deveriam estudar junto com os ouvintes. Para evitar que se unissem e se casassem. Veditz, ex presidente da Associação Nacional dos Surdos, ressalta que Bell foi considerada o mais temido inimigo dos surdos americanos (Sacks, 1990).

Em consequência do avanço e da divulgação das práticas pedagógicas com surdos, foi realizado, em 1878, em Paris, o I Congresso Internacional sobre a Instrução de Surdos, no qual se fizeram acalorados debates a respeito das experiências e impressões sobre o trabalho realizado até então. Naquele congresso alguns grupos defendiam a ideia de que falar era melhor que usar sinais, mas que estes eram muito importantes para a criança poder se comunicar. Os surdos tiveram algumas conquistas importantes, como o direito a assinar documentos, mas ainda estava distante a possibilidade integração social (Lacerda, 1988).

As instituições de educação de surdos se disseminaram por toda a Europa, e em 1878, em Paris, o método para a educação dos surdos consistia na articulação com leitura labial e no uso de gestos. Na história da educação dos surdos no mundo, em Milão, na Itália, em

1880, realizou-se o II Congresso Mundial de Surdo-Mudos, onde ficou definido que o Método Oral era o mais adequado na educação do surdo. Nesse Congresso, a visão oralista defendeu a tese de que só através da fala a pessoa surda poderia ter seu pleno desenvolvimento e uma perfeita integração social. A língua de sinais foi proibida para a comunicação e ensino dos surdos, obrigando-os a fazerem uso da língua oral (Lacerda, 1988).

No século XX os surdos que não se adaptavam ao Oralismo passavam por anos de escolaridade, com poucas aquisições. Não era respeitada a dificuldade de Surdos por causa de sua perda de audição severa ou profunda.

Na primeira avaliação sistêmica do método oral, Binet e Simon 2006 (dois Psicólogos criadores de Quociente de Inteligência) concluíram que os Surdos não conseguiam realizar uma conversação, só podiam ser entendidos e entender aqueles a quem estavam acostumados. O uso de sinais só voltou a ser aceito como manifestação linguística a partir de 1970, com a nova abordagem criada, a Comunicação total, que preconizava o uso de linguagem oral e sinalizada ao mesmo tempo (Moura, 2000).

A abordagem mais usada em escolas que trabalham com alunos com surdez é o Bilinguismo, que usa como língua materna a Língua Brasileira de Sinais e como segunda língua, a Língua Portuguesa Escrita (Honora; Frizanco, 2009).

No Brasil, em 1857, inicia-se, a história da educação de surdos quando, a convite de D. Pedro II, o Professor francês surdo Hernest Huet, veio ao Brasil para fundar a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (Soares, 1999).

Para o autor, Huet, os surdos tiveram, finalmente, a oportunidade de criar sua própria língua: a Língua Brasileira de Sinais, que utilizavam livremente para a comunicação e expressão e também a recebiam em sua educação acadêmica, ministrada naquela época, apenas em escolas especializadas (Soares, 1999).

O médico Tobias Leite, apresentava um foco diferente apontando que a primeira importância era a profissionalização (Soares, 1999).

Entre os anos 1930 e 1947 o Instituto esteve sob a gestão do Dr. Arnaldo Paiva Lacerda, desenvolvendo a Pedagogia Emendativa do Surdo-Mudo que mais uma vez destaca que o método oral seria a única maneira do Surdo ser inserido na sociedade. Foi instituído que os alunos passassem por testes para verificar a inteligência e a aptidão para oralização (Honora; Frizanco, 2009).

Em 1951 a Profa Ana Rímoli de Faria Dória, profissional da educação, assume a direção, e implementa o Curso Normal de Formação de Professores para Surdos. Sendo o

Instituto uma referência para todo o Brasil, recebia Professores de todo o país, e a abordagem era voltada totalmente para o Oralismo (Honora; Frizanco, 2009).

O oralismo é uma abordagem que visa à integração da pessoa com surdez na comunidade ouvinte, enfatizando a língua oral dos país (Goldfeld, 1997).

Quanto ao oralismo, um dos meios para levar a integração dos surdos na sociedade, resultou em um fracasso, surgindo novas pesquisas sobre a língua de sinais, propostas educacionais que contemplavam o uso de uma comunicação. Surge então com a visita de Ivete Vasconcelos, educadora de surdos da faculdade de Gallaudet, a abordagem da Comunicação total em 1970, prática de usar sinais, leitura labial, expressão facial e corporal, alfabeto manual e recursos visuais para melhor adaptação com a comunicação. A comunicação total foi um progresso pois a partir dela, os surdos poderiam se expressar por meio da língua de sinais (Ciccione, 1990).

O objetivo da comunicação total é fornecer à pessoa com surdez a possibilidade de desenvolver uma comunicação por meio de vários recursos. A oralização não é o objetivo em si da comunicação total, mas uma das abordagens para possibilitar a integração social da pessoa com surdez. A comunicação total pode utilizar tanto sinais da língua de sinais usada pela comunidade surda quanto sinais gramaticais modificados e marcadores para elementos presentes na língua falada, mas não na língua de sinais. Dessa forma, tudo o que é falado pode ser acompanhado por elementos visuais que o representam, o que facilitaria a aquisição da língua oral e posteriormente da leitura e da escrita (Moura, 1993).

O que a comunicação total favoreceu de maneira efetiva foi o contato com sinais, que era proibido pelo oralismo, e esse contato propiciou que os surdos se dispusessem à aprendizagem das línguas de sinais, é usado um misto de língua oral com sinais (Lacerda, 1988).

Paralelamente ao desenvolvimento das propostas de comunicação total, estudos sobre línguas de sinais foram se tornando cada vez mais estruturados e com eles foram surgindo também alternativas educacionais orientadas para uma educação bilíngue. Essa abordagem defende a ideia de que a língua de sinais é a língua natural dos surdos, que, mesmo sem ouvir, podem desenvolver uma língua visogestual. Certos estudos (Bouvet 1990) mostram que as línguas de sinais são adquiridas pelos surdos com naturalidade, possibilitando o acesso a uma linguagem que permite uma comunicação. Isso também permitiria ao surdo um desenvolvimento cognitivo e social.

O objetivo da educação bilíngue é que a pessoa com surdez possa ter um desenvolvimento cognitivo-linguístico, e que possa desenvolver uma relação com ouvintes,

tendo acesso às duas línguas: a nativa, Língua de Sinais e a língua oficial do país (Lacerda, 1988).

A abordagem bilíngue possibilita também que, esta possa construir uma auto-imagem como pessoa com surdez, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes. A língua de sinais poderia ser introjetada pela pessoa com surdez como uma língua valorizada, coisa que até hoje tem sido difícil apesar de esta ocupar um lugar central na configuração da comunidade surda (Moura, 1993).

A partir das pesquisas da Professora linguística Lucinda Ferreira Brito sobre a Língua Brasileira de Sinais e da Professora Eulalia Fernandes, sobre a educação dos surdos, o bilinguismo passou a ser difundido (Honora; Frizanco, 2009).

O bilinguismo alcançou resultados satisfatórios, espalhou-se por todo o mundo e é a abordagem utilizada nos principais centros em educação para surdos (Honora; Frizanco, 2009).

Outros institutos fizeram parte da história da educação dos Surdos no Brasil, como o Instituto Santa Teresinha, fundado em 1929, inicialmente em Campinas, transferido para São Paulo em 1933. Até o ano de 1970, funcionou como internato para meninas surdas, passando a aceitar meninos surdos e trabalhar com o conceito de integração no ensino regular. Atende atualmente o Ensino Fundamental e é de natureza particular. Outra instituição é a Escola Municipal de Educação Especial Helen Keller, fundada em 1951 pelo então prefeito de São Paulo, Dr. Armando de Arruda Pereira. Outra de suma importância é o Instituto Educacional São Paulo – IESP, fundado em 1954, doado para PUC/SP em 1969 e atualmente é referência para pesquisas e estudos (Honora; Frizanco, 2009).

A concepção clínico-terapêutica da surdez, têm suas intenções enquanto Medicina (esse modelo impôs uma visão estritamente relacionada com a patologia, com o biológico, estratégias e recursos com o intuito de tratar, curar), muitas delas não são aceitas pela Comunidade Surda do Brasil devido à descaracterização que as mesmas proporcionam impedindo o sujeito Surdo de ser Surdo, assumir sua identidade e viver de acordo com os preceitos de sua Comunidade. A concepção de sujeito Surdo na visão sócioantropológica reconhece-o como Ser Humano que não precisa ser testado periodicamente para que a sua surdez “seja curada”, mas que possui uma Língua natural, reconhecida por Lei (10.436 de 24 de Abril de 2002), e que constitui uma Comunidade Surda (Honora; Frizanco, 2009).

1.2 Aspectos legais na Educação dos Surdos.

Na revisão da Constituição Federal de 1988 está, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus. O seu artigo 208º, inciso III, determina que: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (Brasil, 1988). Sendo assim, o direito à educação, igualdade de condições de acesso e permanência na escola, com atendimento educacional especializado.

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB, Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Educação para todos, igualdade de aprendizagem para todos os alunos (Brasil, 1996). E seu decreto nº 7.611 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências (Brasil L, 2011).

A Lei da Acessibilidade, Lei Federal nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, estabelece, normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências (Brasil, 2000).

Em dezembro de 2001 foram instituídas as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que em seu artigo 5º, inciso II, “refere-se ao surdo como aquele que tem dificuldade de comunicação e sinalização diferenciadas dos demais alunos, demandando a utilização de linguagens e códigos aplicáveis”, garantindo em seu artigo 7º “o atendimento em classes comuns do ensino regular, em qualquer etapa ou modalidade da Educação Básica. Estabelece, também, a garantia do Tradutor Intérprete e profissionais que possam estar presentes, quando solicitados até mesmo intra e interinstitucionalmente” (Brasil, 2001).

Em 24 de abril de 2002, entrou em vigor a Lei nº 10.436, a qual dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências, a citar a que assegura a língua de sinais como primeira língua da pessoa com surdez e garante a ele o ensino bilíngue (Brasil, 2002).

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora,

com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas do Brasil. (Brasil, 2002).

A regulamentação desta lei acima citada, se deu em 22 de dezembro de 2005, por meio do Decreto nº 5.626. Complementando-a e esclarecendo-a, promovendo, portanto, grandes avanços na educação de surdos no Brasil (Brasil, 2005).

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Art.25º. A partir de um ano da publicação deste Decreto, o Sistema Único de Saúde – SUS e as empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, na perspectiva da inclusão plena das pessoas surdas ou com deficiência auditiva em todas as esferas da vida social, devem garantir, prioritariamente aos alunos matriculados nas redes de ensino da educação básica, a atenção integral à sua saúde, nos diversos níveis de complexidade e especialidades médicas (Brasil, 2005).

A lei de nº 11.796, de 29 de outubro de 2008, que institui o dia 26 de setembro como o Dia Nacional dos Surdos, data em que foi criada, no Brasil, a primeira escola para surdos, o Imperial Instituto de Surdos Mudos, hoje, Instituto Nacional de Educação para Surdos – INES; dia este que tem como finalidade valorizar a identidade surda e incentivar o surdo a participar ativamente da sociedade em que vive (Brasil, 2008).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de Professores para o atendimento educacional

especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (Brasil, 1994).

A educação bilíngue, antes os surdos eram alvo de tentativas frustradas na educação acadêmica, resultando em futuro fracasso escolar por falta de abordagem, ou melhor, de consenso sobre o abordagem apropriado de ensino ao surdo, hoje podem comemorar por terem garantido por lei o direito de receberem esta instrução em sua própria língua através de Instrutor/Professor de Libras; Professor bilíngue; Intérprete em sala. Outra lei de importância é a que regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras, de nº 12.319, datada de 1º de setembro de 2010 que, em seu Artigo 6º, especifica as atribuições do Intérprete (Brasil, 2010).

Art. 6º São atribuições do Tradutor e Intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais. (Brasil, 2010).

E por meio do Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005) destaca-se:

Art. 11. O Ministério da Educação promoverá, a partir da publicação deste Decreto, programas específicos para a criação de cursos de graduação:

I - para formação de Professores surdos e ouvintes, para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, que viabilize a educação bilíngue: Libras - Língua Portuguesa como segunda língua;

II - de licenciatura em Letras: Libras ou em Letras: Libras/Língua Portuguesa, como segunda língua para surdos;

III - de formação em Tradução e Interpretação de Libras - Língua Portuguesa.

Art. 22. As instituições federais de ensino responsáveis pela educação básica devem garantir a inclusão de alunos surdos ou com deficiência auditiva, por meio da organização de:

I - escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com Professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental;

II - escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes das diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como com a presença de Tradutores e Intérpretes de Libras - Língua Portuguesa.

§ 1º São denominadas escolas ou classes de educação bilíngue aquelas em que a Libras e a modalidade escrita da Língua Portuguesa sejam línguas de instrução utilizadas no desenvolvimento de todo o processo educativo. (Brasil, 2005).

Percebendo a importância de se conhecer as atribuições específicas dos profissionais que atuam nesses Centros de Atendimento Especializados para a surdez, visual, TGD, fissurados labiopalatais e deficiência intelectual, o portal da educação inseriu nesta Formação em Ação o estudo específico da Nota técnica 55/2013 – MEC/SECADI, a qual delinea orientações quanto à atuação nos CAEE, na perspectiva da Educação Inclusiva. Desta feita, urge também a elaboração de instruções específicas, para isto, possibilitou-se a leitura de instruções que servirão de subsídios para que os profissionais de cada centro colaborem nessa tarefa, que contribuirá para que todos os envolvidos nesse processo saibam quem poderá realizá-la e de que forma o farão (CAEE, 2013).

Em 2014 deu-se a publicação do relatório bilíngue, Lei 13.005 de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, e dá outras providências. Institui o PNE (2011-2020) que determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional (PNE, 2014).

No ano de 2015 a CGEB - Coordenadoria de Gestão da Educação Básica, expede a Instrução CGEB de 14-1-2015 e anuncia que as formas de Atendimento Pedagógico Especializado – APE “disponibilizado aos alunos com surdez/deficiência auditiva, matriculados em classe comum, Sala de Recursos; Atendimento Itinerante e Professor Interlocutor” (São Paulo, 2015).

De acordo com a lei 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência, revigora a importância da aprovação de financiamento pelo poder público em projetos que contribuam para a acessibilidade de um direito garantido à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida de viver de forma independente e exercer seus direitos de cidadania e de participação social (Brasil, 2015).

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (Brasil, 2015).

1.3 Cultura e identidade surda.

Pode-se considerar a comunicação como uma ferramenta imprescindível em todos os tipos de relações, que só acontece de maneira satisfatória quando a mensagem é recebida com

o mesmo sentido com o qual ela foi transmitida, podendo ser feita através da linguagem verbal ou não verbal, desde que seja um processo completo e coerente (Schelles, 2008).

Nascimento (2006) enfatiza que as informações deverão chegar às pessoas surdas de forma estruturada e sistematizada, para que ela possa começar a construção do conhecimento como um todo, uma vez que a carência de informações sensoriais tão básicas como a audição, fazem com que cada um, quando exposto a um estímulo, consiga absorver apenas parte dessa informação. A repetição de estímulos em contextos significativos poderá assegurar a capacidade de assimilar a estimulação como um todo.

Nascimento (2006), ainda ressalta que o processo de aprendizagem da via de comunicação exige atendimento especializado para as pessoas surdas. Ser compreendida e de compreender as demandas do seu universo familiar, escolar, social e cultural.

A Língua Brasileira de Sinais, foi criada em comunidade surda, que se contatavam entre si e a passavam ao longo de gerações. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais, a forma de comunicação e expressão, de modalidade gestual-visual, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas do Brasil (Brasil, 2002).

A expressão se dá por sinais e que estes envolvem cinco parâmetros importantes para a realização correta do sinal, a saber: configuração de mão, ponto de articulação, orientação, movimento, expressão facial/corporal (Felipe, 2009).

É possível afirmar que a cultura surda e a língua de sinais não se caracterizam como “um campo passivo de mero registro ou de expressão de significados existentes” (Hall, 1997b, p. 47). Esses significados são construídos historicamente, principalmente por membros da comunidade surda, inseridos em um campo discursivo do nosso tempo. Determina formas de ver, de explicar e de compreender o mundo; ou seja, depende de que seus participantes interpretem de forma significativa o que esteja ocorrendo ao seu redor, e “entendam” o mundo de forma geral semelhante (Hall, 1997).

Além disso, a “cultura é alimentada, criada, reproduzida, reforçada e, por vezes, subvertida, largamente, pelas narrativas com protagonistas pontuais, em circunstâncias e lugares datados” (Silveira, 2005, p. 199). Por traduzir o universo ficcional, linguístico e cultural de surdos, é no campo da cultura surda e da língua de sinais que membros da comunidade surda produzem e exercitam o humor, o prazer estético e a tradução cultural, oportunizando a circulação e o consumo da cultura surda. Assim é possível (re)constituir heranças histórico-culturais da comunidade surda, testemunhando as práticas cotidianas e as

ações da comunidade surda através de romances, fábulas, lendas, contos, poemas, piadas, crônicas, mitos, trova e de outras produções (Muller; Karnopp, 2012).

A língua é fundamental para que a pessoa surda se desenvolva enquanto pertencente ao gênero humano, apropriando-se dos usos e costumes, dos conhecimentos e produções já elaborados pelos homens e, desta forma, assumindo condutas que são reconhecidas como propriamente humanas (MarqueS, 2013).

As possibilidades de aquisição da Língua de Sinais se dá ao contato com a comunidade surda. Para que a construção da identidade surda aconteça é essencial o encontro surdo-surdo. Como aponta Góes (1998), não pode equivaler surdez com incapacidade, em consequência das insuficientes experiências no uso de sinais.

De acordo com Souza (1998), mesmo os surdos oralizados passam a fazer uma leitura de mundo a partir do uso da língua de sinais. O surdo que não domina a língua de sinais não se identifica com o grupo de surdos, tampouco se identifica com o mundo ouvinte, pois lhe falta vivência na língua.

Considera-se, então, identidade surda como sendo reprimida dentro da cultura ouvinte; ela está “sempre em proximidade, em situação de necessidade com o outro igual. O sujeito surdo nas suas múltiplas identidades sempre está em situação de necessidade diante da identidade surda” (Perlin, op. cit., p. 53).

Faz-se necessário ressaltar que a surdez não é homogênea, ou seja, o grupo de surdos não é uniforme. Dentro do que denomina surdos, fazem parte os surdos das classes populares, as mulheres surdas, os surdos negros, surdos de zona rural, entre outros (Skliar, 1998).

Considerando a possibilidade de múltiplas identidades surdas, ou seja, elas são heterogêneas e apresentam diferentes facetas. Perlin (1998) vai além, classificando a identidade surda em cinco grupos:

- 1) identidade surda: aquela que cria um espaço cultural visual dentro de um espaço cultural diverso, ou seja, recria a cultura visual, reivindicando à História a alteridade surda;
- 2) identidades surdas híbridas: aquelas de surdos pós-locutivos, que nasceram ouvintes e se tornaram surdos;
- 3) identidades surdas de transição e formadas por surdos que viveram sob o domínio da cultura ouvinte (em geral, os surdos oralizados) e que posteriormente são inseridos na comunidade surda (processo de “des-ouvintização” da representação da identidade);
- 4) identidade surda incompleta: aquela dos surdos que vivem sob o domínio da cultura ouvinte e negam a identidade surda;
- 5) identidades surdas flutuantes, formadas por sujeitos surdos que

reconhecem ou não sua subjetividade, mas que desprezam a cultura surda, não se comprometendo com a comunidade (Perlim, 1998).

Dentro desta perspectiva a discussão sobre identidade surda não está desvinculada da cultura surda, a qual estaria relacionada ao processo de recriação de um espaço cultural visual. Na medida em que os surdos legitimam sua língua e sua comunidade, têm como decorrência dessa convivência o nascimento da cultura surda (arte, humor, teatro, poesia etc.). “É necessário manter uma posição intercultural mesmo que seja de riscos. A identidade surda se constrói dentro de uma cultura visual. Essa diferença precisa ser entendida não como uma construção isolada, mas como construção multicultural” (Perlim, 1998).

1.4 Surdez e educação sexual.

Quando falamos sobre Educação Sexual, Foucault (1988), diz que até o começo do século XVII não havia restrições quanto ao assunto, entretanto, marcou o início da era da repressão, por conta da Revolução Industrial, passaria a exigir que a energia não fosse dissipada com prazeres, salvo aqueles necessários à reprodução e, para isso, a mensagem instaurada foi a de que o prazer sexual era fonte de males físicos e causador de perturbações mentais. Como parte desse processo, as crianças passaram a ser consideradas assexuadas, símbolos da pureza, impedidas de falar, ouvir e questionar sobre sexo. Para manter a ignorância, procurava-se afastá-las da curiosidade utilizando um padrão repressor de comportamento (Vitiello, 1995).

Mesmo com o uso da Libras e vocabulários específicos, há dificuldade em distinguir entre uma brincadeira e contatos físicos inadequados. Jovens entram na idade adulta com ausência de informação, porém sexualmente ativos, há lugares apropriados para o comportamento, orientação para uma prática sexual segura, com responsabilidade e respeito (Ingraham, et al. 2000).

De acordo com Gil e Meresnam (2005), adolescentes jovens e adultos com algum tipo de deficiência fazem parte de uma população vulnerável a situações de abuso e violência sexual, gravidez precoce e infecções por HIV/AIDS - Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, e outras IST – infecções sexualmente transmissíveis.

A pessoa com surdez, encontra-se em uma posição de vulnerabilidade em suas interações, pertencendo a um grupo de risco (Williams, 2003).

A bissexualidade e homossexualidade são relatadas em grupos de pessoas com surdez, enquanto o conhecimento sobre o HIV/AIDS e sua prevenção é baixo. Sendo grupo de risco e há menor probabilidade que se beneficiem de programas de prevenção (Gil e Meresnam, 2005).

Diante disso, os jovens surdos têm demonstrado a falta de informação e de espaço para reflexão e discussão, seja na família, na escola e no próprio Centro de Atendimento aos distúrbios da audição, linguagem e visão - CEDALVI, de temas como o namoro, a afetividade, a relação sexual, a privacidade, etc. (Cursino, 2006).

Segundo Henrique (2015), a temática sexualidade na educação, muitas vezes é delegada ao Professor de Ciências e/ou de Biologia, que cumpre o papel de orientador sexual, trabalho que deveria ser de toda a comunidade escolar, conforme preveem os temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs.

Müller (2016), relata que a educação sexual deve ser adequada as pessoas surdas que, muitas vezes por não haver um processo comunicacional adequado ficam a margem, não recebem as informações necessárias no ambiente familiar e frequentemente não são abordadas tal temática.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando à prevenção e a promoção da saúde (Brasil, 2013).

A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e de alta complexidade, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e ambiental e assistência farmacêutica (Brasil, 2013).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, Estados e Municípios, conforme determina a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Cada ente tem suas responsabilidades.

Universalização; a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais (Brasil, 2013).

Equidade; o objetivo desse princípio é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior (Brasil, 2013).

Integralidade; este princípio considera as pessoas como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. O princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação Inter setorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos (Brasil, 2013).

Os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos e com definição e conhecimento da população a ser atendida (Brasil, 2013).

A regionalização é um processo de articulação entre os serviços que já existem, visando o comando unificado dos mesmos. Já a hierarquização deve proceder à divisão de níveis de atenção e garantir formas de acesso a serviços que façam parte da complexidade requerida pelo caso, nos limites dos recursos disponíveis numa dada região (Brasil, 2013).

Descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo, objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos (Brasil, 2013).

A sociedade deve participar no dia-a-dia do sistema. Para isto, devem ser criados os Conselhos e as Conferências de Saúde, que visam formular estratégias, controlar e avaliar a execução da política de saúde.

A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (2012) traz informações sobre o conhecimento dos direitos na hora de procurar atendimento de saúde. Ela reúne os seis princípios básicos de cidadania que asseguram ao brasileiro o ingresso digno nos sistemas de saúde, seja ele público ou privado. Princípios básicos:

Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde; todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema; todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação; todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos; todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada e todo cidadão tem direito ao

comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos (Brasil, 2012).

Os princípios e diretrizes do SUS, dispostos na Constituição da República Federativa do Brasil, 1988 e na Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, estabelecem que a gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) seja fundamentada na distribuição de competências entre a União, os estados e os municípios.

Dizem que, em alguns casos, a presença do Intérprete seria a solução viável para os problemas de comunicação entre profissional e usuário surdo; verifica-se, entretanto, que sua atuação não contribui totalmente para a inclusão do surdo. Primeiro porque sua disponibilidade torna-se condição para o atendimento ao usuário e, além disso, sua presença pode dificultar a relação profissional de saúde-paciente (Chaveiro; Barbosa, 2005 Apud Salla, L. C. 2018, p. 50).

As pessoas surdas sentem a necessidade de inclusão em diversas atividades desenvolvidas para a população no geral, basicamente em ações educativas que buscam fornecer informações em saúde essenciais (Oliveira, 2015). Segundo a autora, sabendo da dificuldade de promover educação neste tema, pretende-se facilitar a abordagem utilizando materiais didáticos mais específicos para esta população. Isso prevê a utilização de uma cartilha disponível nos diversos serviços de saúde reprodutiva, para facilitar a comunicação entre profissionais de saúde e os surdos. Esta cartilha com a temática, saúde sexual e reprodutiva falando para surdos, pode garantir às pessoas surdas o direito ao exercício de sua sexualidade de forma consciente e livre de preconceitos, partindo da premissa de que a metodologia proposta e o material didático produzido, respeitam, a cultura surda e poderão facilitar a oferta da educação em saúde reprodutiva dirigida a este grupo.

Oliveira (2015), cita que o fato da Libras ser uma língua de reconhecimento recente e pela grande variedade de sinais com significados semelhantes, os registros dos sinais através de gravuras são limitados e os sinais relativos a palavras subjetivas, em geral, são difíceis de encontrar, mesmo na literatura específica. Essa dificuldade também é observada para os sinais referentes a sexualidade.

Cursino (2006), diz que os profissionais da área de Psicologia, ao atender pessoas com surdez do CEDALVI, têm se deparado no que se refere à sexualidade, dificuldades em lidar com práticas em relacionamentos afetivos.

De acordo com profissionais da saúde, não apenas os jovens, mas os familiares dos mesmos apresentam dificuldades quando o assunto é sexualidade, pois muitas vezes, nos

atendimentos com eles, os relatos apontam para a pouca percepção da pessoa com surdez como alguém, não com o direito de vivenciar sua sexualidade, mas sim, como assexuados (Cursino, 2006).

O artigo 196 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) estabelece que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Este estudo é de natureza bibliográfica que de acordo com Salvador (1986), é quando se utiliza de fontes escritas, analisando e discutindo informações já publicadas permitindo ser compreendidas.

Para Romanowski e Ens (2006, p.38) é escasso o número de estudos que “[...] realizam um balanço e encaminham para a necessidade de um mapeamento que desvende e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes”. Afirmam as autoras que estes estudos podem contribuir para a evolução da ciência em determinado campo de conhecimento, identificando “experiências inovadoras” revelando alternativas de solução para os problemas da prática.

Segue as autoras afirmando ainda que “não se restringem a identificar a produção, mas analisá-la, categorizá-la e revelar os múltiplos enfoques e perspectivas.” (Romanowski e Ens, p. 39, 2006).

Soares (1999) afirma que,

os estudos de caráter bibliográfico, com o objetivo de inventariar e sistematizar a produção em determinada área do conhecimento são recentes no Brasil e são, sem dúvida, de grande importância, pois estudos desse tipo é que podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema - sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas. (Soares e Maciel, p. 9, 2000).

Sendo assim, o estudo bibliográfico, constitui-se de uma metodologia de caráter “descritivo da produção acadêmica e científica sobre o que busca investigar” onde adotam como fontes básicas de referência, para o levantamento dos dados e suas análises” (Ferreira, p.252, 2002).

O presente estudo também se constitui da abordagem qualitativa, que de acordo com Bogdan e Biklen (1994), essa abordagem na educação é adequada, pois privilegia, a compreensão a partir da perspectiva dos participantes da investigação. Para Ludke e André (1986) o material obtido nesses estudos é descrição de pessoas, situações e acontecimentos.

A análise dos dados, de acordo com Ludke e André (1986, p. 45), analisar os dados qualitativos significa “trabalhar todo material obtido durante o estudo”.

A construção de um conjunto de categorias descritivas e o referencial teórico fornecem a base para a classificação e organização dos dados para a análise, tendo “[...] que fazer um esforço de abstração, ultrapassando os dados tentando estabelecer conexões e relações que possibilitem a proposição de novas explicações e interpretações.” (Lüdke; André, 1986, p. 49).

Para Triviños (1999) o processo de análise de conteúdo pode ser feito da seguinte forma: pré-análise (organização do material), descrição analítica dos dados (codificação, classificação, categorização), interpretação referencial (tratamento e reflexão).

De acordo com as leituras dos autores acima citados, o presente estudo se norteou pela linha metodológica bibliográfica por acreditar que dentro da atividade científica, pode-se apropriar e produzir novos conhecimentos, onde os dados de base primária das produções científicas publicadas evidencia-se como um instrumento.

Desse modo este estudo passou pelo levantamento bibliográfico, coleta, análise e processamento dos dados, classificação e categorização dos mesmos finalizando-se pelo tratamento e reflexão dos dados.

2.1 Procedimentos de coleta de dados.

A coleta dos dados deste estudo foi realizada em duas Bases de Dados para consulta sendo elas: o Banco de Teses e Dissertações da Capes e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD.

A busca por produções sobre a temática iniciou-se por um recorte temporal, sendo o período de 2002 a 2019. Esse recorte justifica-se a partir da regulamentação da Lei nº 10.436/02, que dispõe a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

Para a consulta nas bases de dados optamos por utilizar as palavras-chave: Educação sexual, Surdez, Libras.

Para a coleta foram realizados:

1- Fonte de Consulta: Banco de Teses da Capes e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

2- Consulta às citadas fontes procurando identificar os estudos relacionados á temática utilizando as seguintes palavras-chave: “Educação sexual, Surdez, Libras”.

3- Seleção da leitura dos resumos das produções voltadas para o presente estudo em educação sexual para surdos.

4- Leitura integral das produções selecionadas no qual realizou-se um roteiro contendo: ano da publicação; autor; título; Instituição de Ensino Superior; Programa de Pós-Graduação; referencial teórico e documentos governamentais citados nessas produções. Também, seus objetivos; participantes; contextos investigados e níveis de ensino; abordagem; instrumentos utilizados na coleta de dados; referencial metodológico e os principais resultados dessas produções sobre, a educação sexual da pessoa com surdez, constam no apêndice A.

Os dados obtidos foram organizados, categorizados e distribuídos em quadros, conforme aponta Ludke e André (1986, p. 43), “não existem normas fixas nem procedimentos padronizados para a criação de categorias, mas acredita-se que um quadro teórico consistente pode auxiliar uma seleção inicial mais segura e relevante”.

Ludke e André (1986) apontam para a importância em se fazer uma análise do material buscando aspectos relevantes e recorrentes em contextos e fontes variadas. As autoras seguem argumentando que esses aspectos que aparecem com certa regularidade são a base para o primeiro agrupamento da informação em categorias.

2.2 Busca ao Catálogo de Teses e Dissertações da Capes.

O primeiro momento da consulta foi realizado no Banco de Teses e Dissertações da Capes onde, através das palavras-chave foram encontradas 180.895 produções, dos quais selecionamos 668. Essa seleção foi realizada por meio de refinamento por ano, grande área conhecimento, área conhecimento, área avaliação, área concentração, disponibilizados pela base de dados da Capes.

Após a leitura inicial dos títulos e resumos, foram selecionadas 3, que se referiam ao presente estudo. Foram critérios de exclusão, desconsiderar a partir da primeira leitura as que não estavam relacionadas com as palavras-chave, sendo 665 produções que tratavam de formação continuada, ensino superior, salas de recursos, mercado de trabalho, formação do Intérprete de Libras, formação de Professores, educação especial, surdo cegueira (autismo, deficiência visual, síndrome de down, deficiência intelectual), comunicação, sexualidade infantil, entre outros.

Posteriormente, realizou-se leitura das produções selecionadas e foram desconsideradas pois anunciavam violência doméstica, deficiência e educação de surdos (Apêndice B).

2.3 Busca à base de Dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.

A consulta na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações resultou em 21 produções. Essa seleção foi realizada utilizando o refinamento por um período de 2002 a 2019.

Após a leitura inicial dos títulos e resumos, foram selecionadas 8, que se referiam ao presente estudo. Foram critérios de exclusão, desconsiderar a partir da primeira leitura as que não estavam relacionadas com as palavras-chave, sendo 13 produções que tratavam de deficiência intelectual, livro paradidático, coeducação do sexo, ideologia de gênero, emancipação, prostituição, cuidado à saúde, entre outros.

Posteriormente, realizou-se leitura das produções selecionadas e foram desconsideradas as que anunciavam Formação de Professores, Discurso da Diversidade, Experiências Linguísticas e Sexuais, Educação Preventiva – Educação em Saúde, Comunicação em Libras - Saúde Pública e Promoção de Saúde, considerando 2 produções (Apêndice C).

2.4 Procedimento de Análise de Dados.

Para a análise dessas 2 produções, foram utilizadas as técnicas propostas por Ludke e André (1986, p. 45), segundo elas, “a tarefa da análise implica, num primeiro momento, a organização de todo o material, dividindo-o em partes, relacionando essas partes e procurando identificar nele tendências e padrões relevantes”. Segue as autoras apontando que ao detectar “[...] temas e temáticas mais frequentes, esse procedimento, essencialmente indutivo, vai culminar na construção de categorias” (Ludke e André, 1986, p. 42). Sendo assim, a leitura integral dessas produções resultou na necessidade de categorizar e organizar esses dados. Desse modo e com base nas leituras das autoras acima citadas, foi elaborada uma ficha de resumo das teses e dissertações (Apêndice A) organizada com os dados de identificação, participantes, instituição, referencial teórico e documentos governamentais.

A leitura integral das produções selecionadas também nos levou a categorizar e organizá-las da seguinte forma: Quadro 1 – Mapeamento das produções selecionadas para o presente estudo por Ano, Título, Autor, Instituição, Programa de Pós-Graduação, nível M/D e Local; Quadro 2 – Referencial Teórico e Documentos Governamentais das Produções; Quadro 3 – Identificação dos objetivos das produções e Identificação dos Participantes.

2.5. Apresentação e Análise dos Dados.

Mediante esses procedimentos apresentados para a coleta de dados contabilizamos um total de 2 produções, encontradas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, sendo o objeto do presente estudo.

2.5.1 Identificação das produções.

As 2 produções deste estudo foram mapeadas e apresentadas no Quadro 1 referenciadas como P1 e P2 com especificação de Ano, Título, Autor, Instituição, Programa de Pós-Graduação, Nível de Ensino e Local conforme a seguir.

Quadro 1 - Mapeamento das produções selecionadas para o presente estudo.

Nº	Ano	Título	Autor	Instituição	Programa de Pós	Nível de Ensino	Local
P1	2011	Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo.	Karen Ribeiro	Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação	Sociologia da Educação	Doutorado	São Paulo
P2	2015	Concepção da sexualidade de estudantes surdos usuários de Libras em uma escola polo.	Maria Fernanda de Arruda	Universidade Estadual Paulista – UNESP	Educação Escolar	Mestrado	Araraquara

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das produções.

Conforme apresenta o Quadro 1 as produções selecionadas estão distribuídas em duas Universidades públicas pertencentes ao estado paulista, destas, uma produção foi realizada na

Universidade de São Paulo e a outra na Universidade Estadual Paulista (UNESP). Sendo que as quantidades e o ano de publicação são: 2011 e 2015 cada ano com uma produção.

O Quadro apresenta também o mapeamento referente aos Programas de Pós-Graduação, sendo uma produção em Sociologia da Educação, e a outra em Educação Escolar. O mapeamento indica também uma quantidade de produção em nível de doutorado e outra em nível de mestrado.

2.5.2 Identificações do Referencial Teórico e Documentos Governamentais.

O referencial teórico e os documentos governamentais utilizados pelas produções foram organizados na forma de quadro conforme apresentado a seguir.

Quadro 2 - Referencial Teórico e Documentos Governamentais das Produções.

Nº	Ano	Título	Referencial Teórico	Documentos Governamentais
P1	2011	Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo.	Lopes (2007).	Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994); Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (UNESCO, 1996); Declaração Mundial sobre Educação para todos (UNESCO, 1998); Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988); Lei Federal nº 8.069 (Brasil, 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (Brasil, 1996); Lei Federal nº 10.098 (Brasil, 2000); Lei Federal nº 10.436 (Brasil, 2002); Decreto Federal nº 5.626 (Brasil, 2005); e Política Nacional da Educação Especial (Brasil, 2008).
P2	2015	Concepção da sexualidade de estudantes surdos usuários de Libras em uma escola polo.	Ribeiro (1990); Skliar (2012) e Lacerda (2009).	Lei Federal nº 8.069 (Brasil, 1990); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 (Brasil, 1996); Lei Federal nº 10.436 (Brasil, 2002); Decreto Federal nº 5.626 (Brasil, 2005) e Parâmetros Curriculares

				Nacionais (Brasil, 1997).
--	--	--	--	---------------------------

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das produções.

P1 (2011)

Acordou com a autora Lopes (2007) que embasa suas definições mais recorrentes nos conceitos “comunidade surda”, “povo surdo”, “etnicidade surda”, “nação surda”, “cultura surda”, “identidade surda” e “escola de surdos”. Os documentos utilizados para apresentar as políticas, são: Declaração Mundial sobre Educação para todos, discute sobre a universalização do acesso à educação. Conferência Mundial sobre Educação Especial – Declaração de Salamanca, que igualmente preconiza a educação para todos, universalização do ensino de qualidade, que não diz respeito apenas às pessoas com deficiência, mas às pessoas em suas necessidades específicas: crianças em situação de risco e de exclusão social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, pobreza, defasagem escolar, excluídos da escola. Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, assegura às crianças pertencentes às comunidades linguísticas minoritárias o direito à educação na língua de sua comunidade. A Constituição Federal do Brasil, garante obrigatoriamente e a gratuidade do ensino fundamental, no art. 208, especifica que o atendimento educacional especializado deverá ser preferencialmente na rede regular de ensino. Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, destacam a responsabilidade dos pais e responsáveis na matrícula de crianças e adolescentes na escola. Lei nº 9.394/96, estabelece que a educação especial deve ser modalidade oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais, art 5, com serviços especializados, adaptação curricular, de método e recursos, quando necessário. O Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei no 10.436/02, que dispõe sobre a Libras. O art. 18 da Lei 10.098/00, que garante a acessibilidade. E a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, mantêm-se as especificidades da educação bilíngue.

P2 (2015)

Acordou com Ribeiro (1990), Skliar (2012) e Lacerda (2009), quando afirma que a escola bilíngue é o ambiente adequado para a efetiva aprendizagem desse aluno. Que conceitua linguagem como atividade constitutiva dos sujeitos. Tem discutido sobre a inexistência/existência de um sinal específico para termos “sexualidade”. Documentos

Federais como, Lei Federal nº 8.069/90, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 9.394/96, Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A Lei da Libras nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05, que dispõe a garantia de acesso à educação para pessoas surdas. E os Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997 sob o ensino fundamental.

2.5.3 Objetivos e Participantes das Produções.

Para apresentar os objetivos propostos pelas produções, elaborou-se o Quadro 3 contendo: Ano, Título e Objetivo Geral, conforme mostrado a seguir.

As produções tiveram como participantes 17 Jovens, 6 Professoras, 3 Agentes Escolares, 1 Inspetora e 2 Intérpretes, conforme apresentado pelo quadro a seguir.

Quadro 3 - Identificação dos objetivos das produções e Identificação dos Participantes.

Nº	Ano	Título	Objetivo	Participantes
P1	2011	Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo.	Investigar como se constitui a sexualidade dessas jovens, como se relacionam afetivamente e qual o papel desempenhado pela escola nesse processo.	10 Jovens surdas; 6 Professoras; 3 Agentes Escolares e 1 Inspetora.
P2	2015	Concepção da sexualidade de estudantes surdos usuários de Libras em uma escola polo.	Investigar a construção da sexualidade de alunos surdos de uma escola estadual polo em uma cidade de médio porte, localizado no interior do Estado de São Paulo.	7 Adolescentes surdos (3 meninos e 4 meninas) e 2 Intérpretes.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados das produções.

De acordo com os dados apresentados no quadro acima, a leitura dos objetivos identificados nessas produções levou-nos a organizá-los conforme as seguintes categorias: Sociologia da Educação e Educação Escolar.

Com os dados apresentados no quadro podemos obter que o número total dos participantes das produções foram de 29 pessoas.

3 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

P1 (2011)

O presente trabalho investiga práticas, experiências e vivências da sexualidade de jovens surdas, usuárias da Língua Brasileira de Sinais, a Libras. Os dados foram analisados de maneira qualitativa, à luz da abordagem sociológica e dos conceitos de surdez, juventude, sexualidade e gênero. Foi constatado que as jovens apresentam desinformação, dúvidas e mitos sexuais, alguns muito próximos da realidade de jovens, sejam surdos ou não. Mas elas não têm acesso às informações detalhadas relativas à prevenção das IST/AIDS e aos métodos contraceptivos, em função do desconhecimento da Libras pela maioria da população ouvinte, da falta de acesso a livros e revistas e à internet, da ausência de Intérpretes de Libras e das legendas ocultas nos programas de TV. Verificou-se que, apesar da pouca fluência em Libras, as mães das jovens são consideradas por elas pessoas significativas em relação aos valores e informações ligados à sexualidade. Na escola, algumas iniciativas ressaltam os aspectos biológicos da sexualidade e não há um programa sistemático de educação sexual que contemple seus aspectos positivos para além da prevenção. Destaca-se, por fim, que a construção da sexualidade dessas jovens é marcada não só pelo controle e pela tutela do sexo feminino, presente em nossa sociedade, mas pela desigualdade social no seu cruzamento entre gênero e deficiência. As jovens percebem a falta de comunicação que as cerca, tanto decorrente da falta da Libras, quanto advinda do silêncio que marca a discussão sobre o sexo na família e na escola.

A falta de acesso, à informação detalhada e completa, nos serviços públicos das diversas secretarias que atendam suas necessidades, à diversidade da convivência social, é produzida por condições sociais que depende de múltiplas possibilidades como a consolidação da linguagem, a difusão de conhecimento e a superação de preconceitos. A sexualidade sendo uma aprendizagem social (Heilborn, 2006), precisa ser abordada na dimensão interdisciplinar, favorecendo a autonomia das pessoas com surdez na construção e vivência da sexualidade (Ribeiro, 2011).

P2 (2015)

A abordagem metodológica utilizada nesta pesquisa foi qualitativa, por meio de observação e rodas de conversa. Todas as rodas de conversa foram gravadas e transcritas. Os temas a serem trabalhados foram propostos através dessas rodas de conversa, nas quais os estudantes traziam suas inquietações, dúvidas e necessidades. Os Surdos integram uma

minoria linguística, portanto, é comum que eles não se sintam pertencentes ao grupo ouvinte dentro e fora da escola, uma vez que para isto ocorrer, a comunicação é um dos fatores essenciais. Neste aspecto, na escola, o Surdo, não recebe as informações necessárias para o seu pleno desenvolvimento, por usar a Libras e a maioria dos alunos não conhecerem a língua, o que dificulta, seu aprendizado. A carência do conhecimento de Libras pelas pessoas ouvintes que o cercam e a pouca difusão desta língua acaba acarretando uma visão distorcida de vários conhecimentos, inclusive os que tangem a construção da sexualidade. Assim, essa pesquisa acompanhou, investigou as informações sobre Sexualidade trazidas pelas experiências dos surdos desta escola para identificar os maiores entraves e desafios da educação desses estudantes a fim de promover com eles, debates, construções e desconstruções de temas sobre Sexualidade.

O surdo é marcado por uma diferença que muitas vezes o segrega e discrimina, categorizando-o como uma pessoa diferente, são pessoas de direitos e deveres tais como os ouvintes (Campos, 2015). Scott (2005) e Prieto (2008) afirmam que esse discurso, intensifica as desigualdades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve o objetivo de identificar a educação sexual para Surdos. A partir das leituras e outros estudos houve o interesse, refletir o uso da Língua Brasileira de Sinais, e quais orientações, no contexto sexualidade, o Surdo, recebe.

Ressaltamos a importância não só de se ensinar sobre a sexualidade a jovens Surdos e a necessidade de aquisição da Língua Brasileira de Sinais, no intuito de fortalecer a identidade dessas pessoas e incluí-los na sociedade em que convivem, mas apontamos, também, a importância de uma educação sexual, que seja capaz de levar as pessoas a uma vivência saudável de sua sexualidade. O termo sexualidade se remete ao ato sexual ou a formas de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, métodos contraceptivos.

Considerando também que é essencial, a comunicação em Libras, na formação acadêmica dos Pedagogos, e Licenciados em geral, Psicólogos, Enfermeiros, Médicos e outras profissões de ciências humanas e da saúde

Entende-se que a pessoa com surdez, em seu processo de constituição, é marcado pelo enfrentamento de preconceitos, estigmas, estereótipos e particularmente, do silêncio. Quando interrogados quanto a possíveis diálogos sobre sexualidade com a família, fica claro que não teve nenhum referencial significativo no campo da educação sexual. Concluindo importância da orientação sexual aos Surdos e consideração da subjetividade e seriedade quanto a comunicação.

REFERÊNCIAS

- Bernardi, M. A. (1988). *Deseducação sexual*. São Paulo: Summus Editorial.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Características da investigação qualitativa*. (p. 47-51) In: *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto Editora, Porto.
- Bouvet, D. (1990). *The path to language: Bilingual education for children*. Filadélfia: Multilingual Matters.
- BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. (1988). Brasília.
- _____. *Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril, de 2002*. (2005). Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras. Brasília.
- _____. *Decreto-Lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Regulamenta a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro, de 1996*. (2011). Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado. Brasília.
- _____. *Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 2010*. (1990). Estabelece a gestão do SUS. Brasília.
- _____. *Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. (1996). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília.
- _____. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. (2000). Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília.
- _____. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. (2002). Reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília.
- _____. *Lei nº 11.796, de 29 de outubro de 2008*. (2008). Institui o dia 26 de setembro como o Dia Nacional dos Surdos. Brasília.
- _____. *Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010*. (2010). Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Brasília.
- _____. *Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015*. (2015). Estatuto da pessoa com deficiência. Brasília.

- _____. Ministério da Educação (2001). Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, DE 11 DE SETEMBRO DE 2001. MEC/SEESP. Brasília.
- _____. Ministério da Educação (2013) Nota técnica 55 Mec/Secadi, orienta o CAEE. Brasília.
- _____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial (1994). Política Nacional de Educação Especial. Brasília.
- _____. Ministério da Saúde (2012). Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. Brasília.
- _____. Ministério da Saúde (2014). Diretrizes Gerais para a Atenção Especializada às Pessoas com Deficiência Auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS) Portaria GM/MS nº2.776. Brasília.
- _____. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde - SUS. (2013). Brasília.
- _____. Parâmetros Curriculares Nacionais (1997). Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. MEC/SEF. Brasília.
- _____. Plano Nacional de Educação (2014). Diretrizes, metas e estratégias para a política educacional. Brasília.
- Censo demográfico (2010). *Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência*. IBGE. Rio de Janeiro.
- Chaveiro, N., & Barbosa, M. A. (2005). *Assistência ao surdo na área de saúde como fator de inclusão social*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo. Apud Salla *Análise do filme: Black - Educação sexual para surdocego*. (2018 pg 50).
- Campos, M F de A (2015) *Concepção da sexualidade de estudantes surdos usuários de libras em uma escola polo*. UNESP Araraquara.
- Ciccone, M. (1990). *Comunicação Total*. Cultura Médica. Rio de Janeiro.
- Cursino, H. M., & Rodrigues, O. M. P. R ., & Maia, A. C. B., & Palamin, M. E. G. (2006). *Orientação sexual para jovens adultos com deficiência auditiva* Rev. Bras. Ed. Esp., Marília.

- Denari, F. E. (2010). *Adolescência, afetividade, sexualidade e deficiência intelectual: o direito ao ser/estar*. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. UNESP. Araraquara.
- Felipe, T. A. (2009). *Libras em contexto: curso básico*. (9 ed). WalPrint Gráfica e Editora. Rio de Janeiro.
- Ferreira, N. S. de A. (Ago. 2002). *As pesquisas denominadas “estado da arte”*. (n.79, p. 257-272). Educação & Sociedade, Campinas.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Graal. Rio de Janeiro.
- Góes, M.C.R. Subjetividade, linguagem e inserção social: examinando processos de sujeitos surdos. Trabalho apresentado VII Simpósio de Pesquisa e Intercâmbio Científico – ANPEPP, Gramado-RS, 1998.
- Goldfeld, M. (1997) *A criança surda*. São Paulo: Pexus.
- Hall, S. (1997). *A centralidade da Cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. (v.22) Educação & Realidade, Porto Alegre.
- Heilborn, M. L. (2006) *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro.
- Henrique, V. H. de O., & Hardoim, E. L. (2015). *Educação e sexualidade: um estudo com professores de alunos surdos Cadernos*. CIMEAC.
- Honora, M., & Frizanco, M. L. E. (2009). *Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. Ciranda Cultural.
- Ingraham, C. L.; Vernon, M.; Clemente, B.; Olney, L.(2000). *Sex Education for Deaf-Blind Youths and Adults*. Helen Keller National Center for Deaf-Blind Youths and Adults.

- Lacerda, C.B.F. de. (1998). *Um pouco da história das diferentes abordagens na educação dos surdos*. Campinas: Cad. CEDES.
- Lasmar, A., & Peixoto, M. V. (2010). *Deficiência Auditiva na Criança*. Sociedade Brasileira de Pediatria. Departamento de Otorrinolaringologia.
- Lüdke, M., & André, M. E. D. A. (1986). *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. EPU. São Paulo:
- Marques, H. de C. R., & Barroco, S. M. S., & Silva, T. dos S. A. da. (2013). *O ensino da língua Brasileira de sinais na educação infantil para crianças ouvintes e surdas: considerações com base na psicologia histórico cultural*. Rev. bras. educ. espec.
- Mazzota, M. J. S. (1993). *Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez.
- Meresman, M., & Gil, S. (2005). *Sinalizando a saúde para todos: HIV/AIDS e pessoas com Deficiência*. Rede Saci.
- Moura, M.C. (1993) *A língua de sinais na educação da criança surda*. In: Moura, M.C. et al; *Língua de sinais e educação do surdo*. São Paulo: Tec Art.
- Moura, M. C. de. (2000). *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro.
- Müller, J. I., & Karnopp, L. B. (2012). *Letras-Libras: um espaço de produção, circulação e consumo da cultura surda brasileira*. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA.
- Müller, M. B. C., & Silva, D. R. Q. da., & Yunes, M. A. M. (2016). *Gênero e sexualidade: reflexões acerca do imaginário social docente na educação de surdos*. Criar Educação.
- Nascimento, F. A. A. A. C. (2006). *Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: dificuldades de comunicação e sinalização: surdocegueira / múltipla deficiência sensorial*. (4. ed.) - MEC, Secretaria de Educação Especial.

- Nery, I. S., & Feitosa, J. J. de M., & Sousa, A. F. L. de., & Fernandes, A. C. N. (2015). *Abordagem da sexualidade no diálogo entre pais e adolescentes*. enferm. Acta paul.
- Oliveira, A. et al. (2008). *A comunicação no contexto do acolhimento em uma unidade de saúde da família de São Carlos, SP*. (v.12, n.27, p. 749-762). Interface - Comunicação, Saúde, Educação, Botucatu.
- Oliveira, Y. C. A de., & Celino, S. D. de M., & Costa, G. M. C. (2015). *Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos*. Physis.
- Oliveira, Y. C. A. de., & Celino, S. D. de M., & de França, I. S. X., & Pagliuca, L. M. F., & Costa, G. M. C. (2015). *Conhecimento e fonte de informações de pessoas surdas sobre saúde e doença*. Interface, Botucatu.
- Perlin, G. (1998) Identidades surdas. In: Skliar, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- Prieto, R. G. (2013) *Política de educação especial no Brasil: evolução das garantias legais*. Vitória: EDUFES.
- Quadros, R.M.de. (2006). *Educação de surdos: aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Ribeiro, K. (2011) *Sexualidade e gênero: estudo das relações afetivas de jovens surdas de uma escola municipal de educação especial de São Paulo*. Universidade de São Paulo Faculdade de Educação.
- Rocha, S. (2007). in: *O INES e a Educação de Surdos no Brasil*. (Vol. 01). INES, Rio de Janeiro.
- Sacks, O. (1990). *Vendo vozes – uma jornada pelo mundo dos surdos*. Imago, Rio de Janeiro.

- São Paulo (2015). CGEB, Instrução de procedimentos na escolarização de alunos com deficiências: auditiva, física, visual, intelectual e transtornos globais do desenvolvimento.
- Schelles, S. (2008). *A importância da linguagem não-verbal nas relações de liderança nas organizações*. (n. 1, p. 1-8). Revista Esfera, Brasília.
- Scott, J. W. (2005) *O enigma da igualdade*. Revista Estudos Femininos, Florianópolis.
- Silveira, R. M. H. (2005). *Cultura, poder e educação: um debate sobre estudos culturais em educação*. Editora Ulbra. Porto Alegre.
- Skliar, C. (1998) *Os estudos surdos em educação: problematizando a normalidade*. In: Skliar, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação.
- Souza, R.M. (1998) *Que palavra que te falta?: linguística, educação e surdez*. São Paulo: Martins Fontes.
- Soares, M.A.L. (1999). *A educação do Surdo no Brasil*: Editora Autores Associados. Bragança Paulista.
- Sousa, R. A. de., & Pagliuca, L. M. F. (2001). *Cartilha sobre saúde sexual e reprodutiva para surdos como tecnologia emancipatória: relato de experiência*. Rev. RENE. Fortaleza.
- Vasconcelos, N. (1995). *Sexo: questão de método*. Moderna, São Paulo.
- Vitiello, N. (1995). *A educação sexual necessária*. (v. 6, n. 1, p. 15-28). Revista Brasileira de Sexualidade Humana, São Paulo.
- Williams, L.C.A. (2003). *Sobre deficiência e violência: reflexões para uma análise de revisão de área*. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ficha utilizada para coletar as informações das produções selecionadas

Título da produção:
Autor:
Ano da defesa:
Instituição:
Programa de Pós-Graduação:
Nível (Mestrado/Doutorado):
Resumo:
Objetivos:
Abordagem:
Referencial metodológico:
Instrumentos utilizados na coleta de dados:
Participantes:
Referencial teórico:
Documentos governamentais:
Principais resultados:

APÊNDICE B – Número de estudos encontrados no Banco de Teses da Capes**Banco de Teses da Capes**

Palavras-chave	Número de produções encontradas no banco	Produções selecionadas	Total de produções selecionadas após a leitura dos resumos
Educação sexual, Surdez, Libras	180895	668	0

APÊNDICE C – Número de Estudos Encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

Palavras-chave	Número de produções encontradas no banco	Produções selecionadas	Total de produções selecionadas após a leitura dos resumos
Educação sexual, Surdez, Libras	21	8	2